

O TRATADO DA NATUREZA HUMANA DE HUME: UMA BREVE ANÁLISE DA PARTE III DO LIVRO II

Vani Letícia Fonseca dos Santos¹

Resumo

O jovem David Hume publicou o *Tratado da Natureza Humana* quando tinha apenas vinte e oito anos, uma obra com uma grande ambição a “total” renovação da filosofia da experiência com a construção de uma “ciência do homem”, capaz de equivaler-se com a ciência newtoniana, com a conclusão do trabalho iniciado por Bacon, e com a substituição da metafísica racionalista, pelo que o filósofo viria a chamar de “a verdadeira metafísica”. O Tratado inicia um projeto de estudo rigoroso a respeito da natureza humana. Nesse artigo abordaremos alguns aspectos desse projeto, delineados no Livro II do mesmo, onde o autor trabalha o elemento das Paixões e sua influência sob a vontade e esta junto ao comportamento humano, bem como, faremos uma análise comparativa entre suas idéias e as de Nietzsche.

Palavras-chaves: Hume, Tratado, Nietzsche.

Abstract

The young David Hume published the *Treaty on Human Nature* when he was only twenty-eight years, a work with a great ambition to "total" renewal of the philosophy of experience with the construction of a "science of man", able to equate itself with the Newtonian science, with the completion of work begun by Bacon, and the replacement of metaphysics rationalist, so the philosopher would call for "the true metaphysics". The treaty will initiate a project to study the strict respect of human nature. In this article we discuss some aspects of this project, outlined in Book II of the same, where the author works the element of passions and their influence on the will and this close to human behaviour and we will do a comparative analysis between their ideas and those of Nietzsche.

Keywords: Hume, Treaty, Nietzsche.

¹ Especialista em Filosofia pela UFPEL e aluna do Mestrado em Filosofia da UFPEL.

Seção I – da Liberdade e da Necessidade

Em um primeiro momento devemos nos perguntar o que são as chamadas paixões diretas. De acordo com David Hume, essas são impressões que se originam imediatamente do bem e do mal, da dor ou do prazer. São dessa categoria o desejo e a aversão, a tristeza e a alegria, a esperança e o medo. Um dos mais notáveis efeitos imediatos da dor e do prazer é à vontade, não podemos confundí-la com uma paixão, mas devemos compreendê-la para entendermos os mecanismos das paixões.

“Desejo que se note que, por vontade, não entendo senão a impressão interna que sentimos e de que temos consciência quando conscientemente originamos um novo movimento do nosso corpo ou uma nova percepção da nossa mente”.

Para Hume, esta impressão, assim como outras citadas, dentre elas o orgulho, humildade, amor e ódio, não são possíveis de serem definidas e desse modo e sendo assim, parte para a questão da Liberdade e da Necessidade – tão naturais quanto à Vontade segundo o filósofo. Para ele, todos os movimentos exteriores comunicam-se de modo coeso, e, portanto, há um “destino absoluto”, que faz com que os mesmos não se afastem de sua própria natureza. As ações da natureza devem ser consideradas necessárias. “As ações da matéria devem, pois considerar-se como exemplos de ações necessárias e tudo o que, a este respeito, está em pé de igualdade com a matéria, deve considerar-se necessário”.

Havendo conexão entre os movimentos, matéria e corpos; ele define um encadeamento de conexões. Porém a conexão última dos objetos não pode ser descoberta por nossos sentidos ou razão, não podemos “penetrar” nessa essência e aprender o princípio de que depende sua mútua influência. Da união das conexões é que nasce a necessidade e é essa união que nos é familiar. Hume indica dois fatores como sendo essências à necessidade: a união constante e a inferência da mente (relação entre impressões e idéias). “...nossas ações têm uma união constante com nossos motivos, os nossos temperamentos e circunstâncias, antes de considerar as inferências que daí tiramos” (HUME, p.467). Desse modo, seguindo o pensamento do filósofo, devemos reconhecer que a coesão das partes da matéria tem origem em princípios naturais e necessários, qualquer que seja a dificuldade que encontraremos em explicá-los; e por uma razão semelhante temos de reconhecer que a sociedade humana se baseia em princípios análogos (HUME, p.468).

As diferentes condições de vida influenciam toda a estrutura exterior e interior; e estas diferentes condições nascem de um processo natural, como reflexivo do ambiente em que os indivíduos convivem e se organizam em nível social. É natural que o homem viva em sociedade e necessite de um governo que possibilite um tipo de organização que estabelece diferenças e dessas diferenças derive a uniformidade da vida humana. Há traços da natureza no próprio comportamento humano, assim como as operações do “sol e do clima” (p.469), no entanto, também existem características diferentes entre nações, povos, indivíduos; bem como traços comuns. Essas características são justamente as bases para a uniformidade presumida e observada por Hume, as quais são essências para a necessidade.

Segundo o pensamento de Hume existe ainda distinção entre necessidade e comportamento, onde a primeira seria regular e certa, enquanto o último seria irregular e incerto. O acaso ou indiferença reididiriam apenas em nossos juízos, e isso se daria pela imperfeição de nosso conhecimento e não pelas coisas de modo próprio – as quais são em todos os casos igualmente necessárias, mesmo que aparentemente não sejam igualmente constantes e certas. Existiria uma união constante entre nossas ações e os motivos (suas características) e o modo como reagimos às situações, qualquer coisas que se diferencie nesse processo, seria resultado de uma irregularidade, isto é, da imperfeição da natureza humana. O que o autor busca salientar com esses aspectos, é justamente a “naturalidade” de todo esse processo que envolve ações e motivos; e sendo assim, também a influência no entendimento que é igualmente a mesma que nos determina a inferir a existência de uns nas dos outros em uma cadeia constante de acontecimentos. Partindo de tais pressupostos (causa, efeito, necessidade e acaso), observamos que Hume nega o princípio da liberdade e a chama de “sistema quimérico”, pois:

“Segundo as minhas definições, a necessidade é um elemento essencial da causação; por conseguinte a liberdade, retirando a necessidade, retira também as causas e identifica-se completamente com o acaso. Visto ser comum pensar-se que o acaso implica uma contradição e é pelo menos diretamente contrário a experiência, os mesmos argumentos são sempre válidos contra a liberdade e o livre-arbítrio”.

Seção II – Do mesmo assunto

Nessa seção Hume busca elucidar o fato da doutrina da liberdade ainda persistir, mesmo que a mesma seja considerada por ele como algo infundado. Para provar isso, ele apresenta três argumentos que seriam a base dessa “resistência”. Primeiramente, ao realizarmos uma ação, embora possamos confessar que de algum modo fomos influenciados,

seja por opiniões ou motivos particulares, não admitimos que ser levados pela necessidade, porque essa idéia de alguma forma é relacionada a imposição de força (que seria exercida sob nossas paixões) ou violência e desse modo preferimos não considerar tal influência. Ainda, segundo Hume, viveríamos sob uma sob uma falsa sensação de liberdade; quando realizamos uma ação o fazemos porque consideramos a mesma influenciada por nossos pensamentos e assim concluiríamos a existência da ação a partir de alguns objetos anteriores. A liberdade ou o acaso seriam justamente a ausência dessa determinação e certa independência para fazermos ou não a passagem de um pensamento para outro (o que na concepção do filósofo não ocorre) e desse modo não nos “libertamos” das “amarras” da necessidade.

O último argumento contrário à liberdade provém do fato de que esse seria um conceito que se origina na religião. Nesse ponto Hume utiliza uma argumentação polêmica.

“O objeto constante e universal do ódio ou da cólera é uma pessoa, ou criatura dotada de pensamento e consciência; e quando quaisquer ações criminosas ou injustas excitam esta paixão, é unicamente pela sua relação com a pessoa ou pela sua conexão com ela. Mas segundo a doutrina da liberdade ou acaso esta conexão reduz-se a nada e não se podem responsabilizar mais os homens pelas ações planiadas e premeditadas do que pelas que são mais fortuitas e acidentais. As ações são, por sua natureza, temporárias e perecíveis; e se elas não provêm de uma causa que se encontra no caráter e na disposição da pessoa que as realizou não se prendem a ela e não podem contribuir nem para a sua honra, sendo boas, nem para a sua desonra, sendo más. A ação em si mesma pode ser censurável; pode ser contrária a todas as regras da moral e da religião; mas a pessoa não é responsável por ela; e como a ação não provém de nada durável e constante na pessoa, e não deixa nada desta natureza atrás de si, é impossível que a pessoa possa tornar, em razão da ação, objeto de castigo ou vingança. Portanto, segundo a hipótese da liberdade, uma pessoa é tão pura e inocente, após ter cometido os crimes mais horríveis, como no primeiro instante do seu nascimento, e o seu caráter não fica de modo nenhum comprometido nestas ações, visto que estas não têm origem nele e a maldade de umas jamais pode servir de prova da depravação do outro”.

Durante toda a seção Hume levanta hipóteses, que segundo o mesmo, demonstram indubitavelmente que a teoria da liberdade é absurda, visto que a necessidade é sem sombra de dúvida uma constante nas atividades humanas, “eles continuam sempre a raciocinar segundo os próprios princípios da necessidade, em todos os seus juízos relativos a este assunto” (HUME, p. 479). E encerra a seção afirmando que prova que os atos de vontade têm causas particulares.

Seção III – Dos motivos que influenciam a vontade

A seção inicia-se com a observação de que uma das questões mais usuais em Filosofia é a separação entre “paixão” e “razão”, assim como, a supremacia da última. Diante disso todas as ações deveriam submeter-se ao princípio superior. Afim de “mostrar a falácia de toda Filosofia” (HUME, p.480), Hume discorre de modo que procura inicialmente mostrar que a razão por si não pode ser motivo para qualquer ato de vontade e depois que ela jamais pode se opor à paixão na direção da vontade.

Na ótica de Hume temos que no processo do entendimento esse julga através de demonstrações ou probabilidades com as quais ele se depara com esses elementos o entendimento faz considerações a respeito de idéias ou objetos, que são apenas informados pela experiência. Para exemplificar sua teoria, o autor do Tratado, traz a hipótese de um comerciante, onde a quantia paga por alguns artigos particulares não tem relação com os mesmos tomados em conjunto; o que busca se demonstrar aqui é que um raciocínio abstrato nunca dirige nossas ações, a não ser em relação à causa e efeito. A razão não é por si causa da vontade, mas sim os sentidos de dor ou prazer, mal-estar ou satisfação. Se a razão não pode produzir uma ação ou gerar uma volição também não será capaz de impedir uma volição como disputar a preferência com uma paixão ou emoção. O que a razão pode dar é um impulso na direção contrária; o que impede um impulso passional é um impulso contrário. “A razão é, e deve ser apenas a escrava das paixões, não pode aspirar a outro papel senão o de servi-las e obedecer-lhes” (HUME, p. 482).

As paixões, na ótica de Hume, seriam apenas formas de existência primitiva, ou uma modificação da existência; naquelas não haveria quaisquer qualidades que as tornassem outra forma de existência ou cópia da mesma. Exemplificando – quando alguém está dominado pela raiva, não tem referência a nenhum outro objeto. O que acaba influenciando no fato de que a razão não poderia combatê-la (raiva), porque para fazê-lo, deveria ter uma idéia ou cópia da raiva, e não há tem. Uma paixão, portanto, só será destituída de razão, quando estiver acompanhada de um juízo falso (a esse será atribuída a falsidade e não a razão). A razão e a paixão não podem se separar e nem mesmo disputar espaços (HUME, p. 484, §2º). Existem paixões calmas, que devido essa característica, são confundidas com determinações da razão, (e.g. benevolência, ressentimento, amor à vida, aversão ao mal,...) para Hume o erro dos metafísicos foi atribuir à razão o direcionamento ou comando da vontade.

Seção IV – Das causas das paixões violentas

Se a razão não pode ser responsável pelas paixões, como ocorrem as modificações das mesmas? Como pode uma paixão calma tornar-se violenta, ou de modo inverso, como pode uma paixão violenta tornar-se calma? Nessa seção Hume, propõe a análise de como os objetos tomam parte nesse processo de modificação das paixões. Para ele, o fundamental é observarmos a “situação” do objeto. Ambos os tipos de paixões visam o bem e evitam o mal. O que as faz diferente é que o mesmo bem quando está perto causa uma paixão violenta e quando está longe produz uma paixão calma. O processo interno das paixões muitas vezes pode parecer nos confuso, pois, mesmo quando ambas são produzidas por causas separadas, elas podem misturar-se e unir-se, mesmo que tenham apenas uma relação ou mesmo nenhuma. E nesse processo ocorre que a paixão dominante absorve a paixão fraca e a assimila (HUME, p. 487).

Como no exemplo da página 488 do Tratado da Natureza Humana:

“Um soldado que marcha para a batalha está naturalmente animado de coragem e confiança, quando pensa nos seus amigos e camaradas de combate, e fica dominado pelo medo e terror quando reflete no inimigo. Portanto, qualquer emoção nova proveniente daqueles primeiros sentimentos naturalmente aumenta a coragem, e a mesma emoção, proveniente destes últimos, aumenta o medo, pela relação de idéias e pela conversão da emoção mais fraca na emoção predominante. Resulta daqui que, na disciplina guerreira, a uniformidade e brilho dos nossos uniformes, a regularidade das nossas evoluções e movimentos, com toda a pompa e majestade da guerra, encorajam-nos a nós e aos nossos aliados, enquanto que os mesmos, no inimigo, causam-nos terror, embora em si mesmos seja agradáveis e belos”.

O movimento das paixões seguindo as leis da natureza é um constante, logo, onde uma surge pode nascer outra, paixões opostas podem gerar uma nova emoção; que ficará no lugar da mais forte (podendo ir para um grau mais violento) porque encontrou oposição. Neste ponto, Hume cita La Rouchefoucault, para o qual, a ausência diminui as paixões mais fracas, mas aumenta as paixões mais fortes, do mesmo modo que o vento extingue a chama de uma vela, mas também atiza o fogo.

Seção V – Dos efeitos do costume

“Mas nada tem maior efeito, tanto para aumentar como para diminuir as nossas paixões, para converter o prazer em dor e a dor em prazer, do que o costume e a repetição” (HUME, p. 490). O costume torna-se agora matéria da análise de Hume, pois, o mesmo tem

grande influência sobre as escolhas e modo de agir dos indivíduos; o costume é peça fundamental para entendermos o modo como às paixões são determinadas.

A seção inicia-se com a análise sobre o modo como os indivíduos reagem diante do novo. Coisas novas encontram certa dificuldade e inflexibilidade em nossas faculdades; mesmo que inicialmente possamos ter prazer com alguma forma de “surpresa”, esta traz consigo afeições penosas também, pois o inesperado provoca certo “receio”, sentimento desagradável. Desse modo, o que se apresenta repetidamente do mesmo modo, é uma fonte segura e infalível de prazer. O prazer quando relacionado ao costume, passa a possibilitar que mesmo algo que a princípio era penoso passe a ser aceito e posteriormente convertido em prazer. Assim, o costume sem dúvida nenhuma, nos dá uma inclinação ou tendência para algumas ações, sem deixarmos de salientar que o princípio que norteará essa inclinação é o do prazer. O prazeroso será o habitual.

Seção VI – Da influência da imaginação sobre as paixões

Quando nos habituamos com determinadas paixões – ou melhor, com o sentimento de prazer provocado pelas mesmas - ficam resquícios do que são elas são em nossa imaginação. Esse prazer conhecido irá afetar de modo mais contundente do que algum derivado de uma natureza desconhecida, pois, esse último possibilita que tenhamos apenas uma noção “geral” de prazer e não uma idéia determinada ou específica de prazer. Desse modo a imaginação relacionada com o costume possibilita que sejamos propensos a determinadas paixões no lugar de outras. Podemos citar como referenciais que influenciam justamente pela esfera da imaginação: lembranças de satisfações recentes, eloquência na representação dos objetos, o próprio interlocutor e o modo como transmite idéias a respeito de objetos – seja através de simpatia ou da forma como se comunica. E com a influência da imaginação chegamos a mais um dos aspectos que envolvem a situação do objeto, que mesmo que não esteja presente, faz-se “vivo” para o indivíduo diante da impressão que fomentou em algum dado momento para aquele.

Seção VII – Da contigüidade e distância no espaço e no tempo

Se os indivíduos precisam de “lembranças” para inclinarem-se por alguma paixão que lhes propicie prazer, a situação dos objetos relacionados às mesmas, como já salientado por

nós, é fundamental; e sendo assim, faz-se necessário para Hume, que procuremos nas categorias de espaço e tempo o modo como essas condições determinam também o estado do objeto.

Segundo o filósofo inglês, objetos que se apresentam contiguamente no espaço – tempo, superam em “vivacidade” todos os outros objetos na influência da imaginação. Quanto mais distante um objeto, mais espaço e objeto teremos de percorrê-los para chegar até ele; assim, muitas vezes a intensidade do interesse sobre o mesmo diminui. Desse mesmo modo serão seus efeitos sobre a imaginação. Os indivíduos de modo geral se interessam mais por objetos próximos no espaço – tempo do que aqueles que estão afastados nesse plano.

A imaginação trabalha sempre (esta é sua condição natural) com a situação futura como presente, visto que, ela antecipa o curso natural das coisas. Na relação espaço – tempo e imaginação, o futuro mesmo parecendo distante, é tido como possibilidade de presente; enquanto o passado (que foi presente) é algo distante, e, portanto, contrário à natureza da imaginação para aproximar objetos. Esse é mais um exemplo do modo como Hume pensa toda a natureza humana, regida por leis contínuas e naturais.

Seção VIII – Continuação do mesmo assunto

Mesmo que esta seção seja “batizada” como algo que dá continuidade às questões pertinentes ao espaço e tempo e como a proximidade dos mesmos e dos objetos podem determinar às paixões, Hume tratará aqui na verdade, sobre as exceções aos fenômenos citados por ele na seção anterior. Se anteriormente temos que quanto mais próximo um objeto, mais desejado ele vem a ser; aqui teremos justamente o contrário, casos onde quanto mais distante um objeto maior será o valor agregado ao mesmo – ou seja, mais desejado será. A distância aumenta as paixões porque passo as conceber com maior grandeza, e.g, certos objetos antigos tem mais valor, mesmo com o passado naturalmente distante e por causa disso, agora, eles passam a ser relíquias e sendo assim possuem status de grandeza.

Há como que um fascínio “natural” pelo alto e desprezo pelo que é baixo tanto assim, que o “Paraíso” é determinado como sendo/estando no céu, enquanto o “Inferno” é relacionado com as profundezas. O filósofo inglês relaciona aqui diversos exemplos de como poderíamos visualizar essa “reverência” ao distante, como no caso da dificuldade que temos ao subir um determinado obstáculo, como a facilidade para descida. Na dificuldade está a grandeza. Assim, a imaginação busca as “alturas” para avivar as paixões. “A virtude, o gênio,

o poder e a riqueza por esta razão associam-se à altura e à sublimidade; assim como a pobreza, a escravidão e a loucura estão unidas a baixaza e à descida (HUME, p. 505). Antes de finalizar esta seção, Hume, lembra-nos novamente de suas idéias a respeito das paixões e da razão, a fim de elucidar os papéis de cada uma.

“O que correntemente entendemos por paixão é uma emoção violenta e sensível do espírito, quando se apresenta um bem ou um mal, ou um objeto que, devido à constituição primitiva das nossas faculdades, seja próprio para excitar um apetite. Por razão entendemos afeições exatamente do mesmo gênero que as precedemos, mas que operam mais calmamente e não causam desordem na nossa disposição: esta tranqüilidade faz que nos enganemos a seu respeito e leva-nos a olhá-las apenas como conclusões das nossas faculdades intelectuais”.

A disputa entre paixão e razão torna não só os indivíduos diferentes uns dos outros, como também de si mesmos de acordo com momentos particulares que vivenciam. Para Hume, nessa guerra a Filosofia só pode tratar de aspectos mais evidentes, pois aqueles que exigem princípios “mais delicados” não podem ser compreendidos pela mesma.

Seção IX – Das paixões diretas

Paixões diretas são aquelas impressões que se originam mais naturalmente do bem e do mal, sem serem preparadas; como – o desejo, aversão, tristeza, alegria, esperança e medo – assim também, a volição. É um instinto de o espírito unir-se ao bem, que identificamos com o prazer.

Além do bem e do mal ou da dor e do prazer, às paixões diretas frequentemente originam-se de um impulso natural ou instinto, que, nas palavras de Hume é “perfeitamente inexplicável” (p.509). Deste gênero temos: o castigo para inimigos, felicidade para os amigos, a fome, o desejo lascivo e alguns outros apetites corporais. Estes tipos de paixão produzem o bem e o mal, mas não provém deles; ao contrário de outras paixões que justamente tem os mesmos como origem.

Em meio a tantas paixões a imaginação passa de uma a outra de modo muito rápido, enquanto que às paixões são lentas e “indomáveis”; o que promove uma confusão entre uma paixão por outra. Dessa forma temos inúmeras possibilidades de paixões, onde algumas tomam lugar de outras, ou das quais derivam novas, ou ainda onde duas paixões se sucedem. A imaginação tem um papel muito importante nesse processo; pois da possibilidade de ligar-se a um mal ou bem, ocorre que podemos ficar apreensivos diante da incerteza e essa gerar

em nós – medo. No entanto, a incerteza também pode promover a esperança, porém a incerteza sozinha é desagradável e se liga com paixões desagradáveis. É o caso do exemplo que Hume descreve, de uma virgem em sua noite de núpcias – onde uma confusão de sentimentos e emoções faz com que o espírito não saiba em que paixão se fixar.

Nessa seção Hume limita-se a analisar as paixões geradoras de outras paixões, visto que, diante do que o mesmo apresenta, fica fácil verificarmos como o processo de origem das paixões pode modificar-se de acordo com a espécie de estímulo que o indivíduo recebe.

Seção X – Da curiosidade, ou amor à verdade

Na última seção do Livro II parte III, o filósofo inglês faz um paralelo entre amor à vontade e amor à verdade. Em ambos reside o desejo pelo bem, o que faz com que o homem faça suas escolhas.

Para Hume, a verdade pode ser de duas espécies - apresentar-se como descoberta das proporções das idéias como tais, ou ainda, dar-se pela conformidade das nossas idéias dos objetos tais como existem na realidade. “A primeira e mais importante circunstância necessária para tornar a verdade agradável é a perspicácia e a capacidade empregadas em inventá-la e descobri-la” (HUME, 519). Desse modo, tanto, o trabalho mental – exercício para descobrir uma verdade – quanto à relevância do que descobrimos devem ser levados em consideração no que tange ao amor à verdade, pois, quanto mais óbvio for algo menor será a apreciação sobre o mesmo.

O prazer que se obtêm aqui é dado pelo empreendimento do espírito no exercício do gênio e do entendimento para não só descobrir como entender uma verdade. Essa paixão tem origem em uma ação, mas preocupa-se com o fim que obterá.

“...muitos filósofos passaram a vida arruinaram a saúde e gastaram a fortuna à procura das verdades que consideravam importantes e úteis para o mundo, e contudo toda a sua conduta e todos os seus atos mostravam claramente que eles não possuíam o menor grau de espírito público e não se preocupavam nada com os interesses da humanidade. Se eles estivessem convencidos de que as suas descobertas não tinham conseqüências, teriam perdido completamente todo o gosto pelos estudos, e isto mesmo que as conseqüências lhes tivessem sido completamente indiferentes, o que parece ser uma contradição”.

Analogamente a uma caçada o exercício daquele que busca o conhecimento, a verdade, envolve não só a obtenção do que se almeja, mas a forma como se buscou; os desafios que abrangem todo o processo. O amor à verdade deriva não só das relações de um

conjunto de idéias abstratas, mas das suas conexões e existências reais. A vivacidade da idéia produz prazer e sua certeza afasta o mal-estar do impreciso, fixando uma idéia no espírito, fazendo com tenhamos convicção em nossas escolhas. Por isso, buscamos a verdade, pois, a dúvida provoca sofrimento, principalmente se é inerente a algo que novo que de alguma forma nos despertou interesse. Assim, buscar a verdade livra-nos do indesejável sofrimento e aproxima-nos do prazer, ou sejam aproxima-nos do bem e nos afasta do mal.

Paralelo entre o pensamento de Hume e o de Nietzsche

Apesar de serem dois autores que contrastam entre si, e mesmo Nietzsche fazendo críticas severas, aos filósofos ingleses; faremos aqui uma espécie de quadro comparativo entre eles, pois, em nossa breve pesquisa verificamos que apesar das diferenças é sempre possível (e necessário) fazermos aproximações entre os mais variados pensamentos.

Na obra “Tratado da Natureza Humana, Livro II parte III”, Hume trabalha especificamente com a questão das paixões e como às mesmas influenciam nossas atitudes e a própria noção de vontade, o filósofo inglês trabalha com uma noção de “natureza”, ou seja, como se todos os pressupostos analisados por ele fossem parte da condição humana e para certificar-nos disso; Hume lança mão do empirismo para dar-nos sua comprovação. Se para ele é assim, Nietzsche já parte de uma outra análise, pois a moral, para esse, seria uma espécie de “segunda natureza”. Como podemos ver, são apenas as diferenças iniciais.

Além disso, diferentemente de Hume, Nietzsche não vislumbra nossas impressões - efeito imediato, nas palavras do primeiro pensador - como derivadas do “bem e mal” a que Hume associa “dor e prazer”, como conceitos oriundos de determinações fisiológicas ou como parte no processo biológico; para ele, essas concepções têm origem histórica e definem-se de acordo com o momento que se vive e sendo assim; não há como identificarmos essa vontade como apenas uma impressão psíquica. Mesmo que Nietzsche entenda que impressão possa ser instinto, sua concepção diferencia-se da de Hume, pois, a vontade segundo Nietzsche é mais do que uma impressão, é justamente, aquilo que faz, com que os homens movam-se no mundo, tanto na direção do que querem, como do que podem fazer, como do que são – é Vontade de Poder.

“Vontade de poder procura dominar e alargar incessantemente seu âmbito de poder. Alargamento de poder se perfaz em processos de dominação. Por isso querer-poder (*Machtwollen*) não é apenas ‘desejar, aspirar, exigir’. A ele pertence o ‘afeto do comando’. Comando e execução pertencem ao um da vontade de poder. Assim ...poder é designado por meio do efeito que ele exerce e a que resiste”.

Se analisarmos algumas paixões verificaremos outras divergências. No caso da piedade e da compaixão, por exemplo, seriam instintos originais? Na análise de Hume, essas seriam paixões secundárias (derivadas da natureza humana), que seriam notificadas por algum outro sentimento, como a simpatia. Já para Nietzsche não temos como falar em compaixão como instinto, pois, não há, segundo ele, semelhança entre os povos e então não sentimos de modo comum – não há como nos colocarmos no lugar do outro; e, portanto, não podemos falar de uma natureza humana. Ainda, na concepção Nietzscheana, o desenvolvimento intelectual modifica radicalmente o modo de agir e pensar, e desse modo, não existe “uma” natureza humana, como tanto insiste Hume.

Embora com tantas diferenças de pensamento, Nietzsche concorda com Hume no que tange a análise do prazer e desprazer. Ambos são fomentados pelo costume. Também, para os dois filósofos não há possibilidade de falarmos em liberdade, porque, segundo ambos, somos determinados. Para Hume pelas paixões e para Nietzsche pela Vontade de Poder (talvez a grande paixão, se for possível usarmos essa expressão), a resistência faz com que a paixão se torne ainda mais forte – outro ponto em comum. Os dois autores criticam ainda a religião, porém, por motivos diferentes e de modos diferentes, no entanto, Hume faz afirmações através de exemplos que parecem terem sido escolhidos pelo autor, apenas por encaixarem-se no que o mesmo queria explicar; não existe um critério ou mesmo uma explicação histórica para sua argumentação, diferente da abordagem que Nietzsche faz – há para esse, um método genealógico e uma preocupação com a origem.

Considerações Finais

Se Hume era jovem ao escrever o Tratado, Nietzsche já tinha de forma madura sua análise sobre a Vontade de Poder. Ambos abordam o tema que busca demonstrar o modo como agimos na sociedade e porque agimos como agimos. No entanto, parece-me que Hume era mais otimista, ou talvez, mais ingênuo em sua análise. Ele consegue conceber uma uniformidade e acredita que a busca pelo bem pode nortear o homem a fazer escolhas mais corretas, como a busca pela verdade, por exemplo. Já Nietzsche em referência a o mesmo tema – verdade- vê que na sua busca não está somente a necessidade de prazer derivada do exercício do estudo, mas também “interesses” em que “certas verdades” sejam estabelecidas. Mesmo que os dois filósofos observem a vontade, eles a associam a uma racionalidade; Hume

trata a razão ora como escrava das paixões ora como direcionadora das mesmas, e, Nietzsche a compreende como também vontade de poder.

Hume busca o coletivo com seu Tratado, tanto assim, que sua ambição é justamente atingir uma nova ciência da moral. Já Nietzsche, acredita que o prazer de cada indivíduo não pode ser compatibilizado com a felicidade coletiva; ele valoriza o indivíduo. Em relação à liberdade vejo a análise mais delicada, pois, mesmo Hume “facilmente” demonstre sua impossibilidade, Nietzsche mesmo negando-a, ainda fala de um “instinto de liberdade”

Uma natureza humana... Talvez o maior abismo entre esses dois pensadores. Hume vê as escolhas e atos humanos como processos tão naturais quanto qualquer ciclo da natureza, e mesmo com uma qualidade racional nos inclinamos aos instintos ou paixões. Nietzsche vê o homem como um ser que tem vontade e instintos sim; mas que manipula sua própria história e racionalidade para atingir aquilo que lhe possibilita mais poder. Duas abordagens e dois caminhos distintos, com alguns pontos de contato, buscando entender a natureza humana, seja ela como um reflexo pertinente do que somos (mesmo que nosso entendimento limitado não possa abor-la por inteiro), ou ainda que seja uma natureza artificial, criada pela necessidade de sermos completamente morais (mesmo que essa moralidade não reflita quem somos).

BIBLIOGRAFIA

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana* (trad. Serafim da Silva Fontes). Portugal: Ed. Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*. Trad.

GIACOIA, Oswaldo. São Paulo: ANNABLUME, 1997

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, Demasiado Humano*. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.